

HABEAS CORPUS Nº 463.908 - GO (2018/0204192-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : PEDRO ALVES DE CARVALHO NETO
ADVOGADO : PEDRO ALVES DE CARVALHO NETO - GO046388
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : WESLEY DOS SANTOS MORAES (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de WESLEY DOS SANTOS MORAES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 77921-82.2018.8.09.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 14 de junho do corrente ano por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 180 e 304 do Código Penal (receptação e uso de documento falso). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado, *in verbis*:

HABEAS CORPUS. RECEPTAÇÃO. USO DE DOCUMENTO FALSO. FUTURA APLICAÇÃO DE REGIME PRISIONAL MAIS BRANDO. VIA ELEITA INADEQUADA. 1. A via estreita do writ é imprópria para exame de questões relativas ao mérito da ação penal, como por exemplo o futuro regime prisional a ser fixado, porquanto, referida matéria exige aprofundada análise do substrato fático probatório dos autos, devendo, pois, ser apreciada quando da prolação de ulterior sentença. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. PACIENTE ASSISTIDO POR DEFENSOR NOMEADO. NULIDADE AFASTADA.

2. Segundo os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa e, ainda, pelo disposto no artigo 261 do Código de Processo Penal, o acusado não será processado sem a presença de um defensor constituído ou nomeado.

Na hipótese, não há que se falar em nulidade haja vista que nomeado defensor público para patrocinar a defesa do acusado em audiência de custódia, não se vislumbrando, portanto, qualquer afronta à garantia constitucional da defesa plena. PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.

3. A prisão preventiva do paciente restou satisfatoriamente justificada e exarada em observância aos requisitos autorizadores da medida extrema (artigos 312 e 313 do CPP), estando a decisão alicerçada em fundamentos concretos dos autos, a respeito da materialidade e indícios suficientes de autoria, sendo certo que as circunstâncias fáticas recomendam a manutenção da custódia cautelar do paciente para a garantia da ordem pública e futura aplicação da lei penal.

Assim, reconhecida a presença de motivos autorizadores da constrição cautelar, inviável a substituição dessa por qualquer das medidas cautelares diversas da prisão (artigo 319 do Código Processo Penal). **PREDICADOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA.**

4. Atributos pessoais como primariedade, bons antecedentes, ocupação laboral lícita e residência fixa, ainda que comprovados, não têm o condão de garantir, por si sós, a revogação da prisão preventiva, mormente quando se visualizar a presença de seus requisitos autorizadores, como no caso vertente, em que a segregação encontra-se regularmente fundamentada nos elementos necessários para o seu decreto. **ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA.** (fls. 28/29)

No presente *writ*, alega ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada. Afirma ainda que, em caso de eventual condenação, será fixado o regime aberto ou semiaberto, sendo, portanto, desproporcional a manutenção da custódia.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

Liminar indeferida às fls. 72/74.

Informações prestadas às fls. 81/82, 102/103.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 123/127).

É o relatório.

Decido.

O presente *writ* está prejudicado.

Isso porque, das informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, constata-se que, em 27/11/2018 sobreveio sentença condenando o ora paciente à pena de 4 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado e pagamento de 80 dias-multa.

Interposto recurso de apelação criminal, este foi desprovido em sessão

Superior Tribunal de Justiça

realizada em 23/05/2019, tendo a condenação transitado em julgado para as partes em 16/07/2019.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *mandamus*, considerando que eventual segregação do paciente passou a decorrer do cumprimento de pena definitiva.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator